IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO NO IFBA CAMPUS JACOBINA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ATUAÇÃO DOCENTE NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Lucival Fraga dos Santos [1]

INTRODUÇÃO

A institucionalização da política de inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial (EE) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na Rede Federal de Ensino, particularmente no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), é recente, consolidando-se a partir das Leis nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e nº 13.409/2016, que alterou a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, incluindo a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas foi instituída por meio da Resolução nº 30, de 12 de dezembro de 2017, aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP/IFBA). De acordo com as disposições preliminares, em seu artigo 1º, a referida política visa à promoção dos diversos tipos de acessibilidade para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos de aprendizagem (IFBA, 2017).

É sabido que, para a consolidação da educação inclusiva na EPT, não basta garantir o acesso, sendo igualmente necessária a permanência e o êxito dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Nesse sentido, este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento que investiga os avanços e desafios na implementação da Política de Inclusão do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Campus Jacobina, no período de 2018 a 2026. O objetivo geral da pesquisa é analisar os avanços e desafios no processo de institucionalização das práticas inclusivas, considerando as dimensões: organizacional e/ou administrativa; políticas de assistência estudantil; pedagógica (currículo, planos de ensino individualizado no ensino regular e no atendimento especializado, profissionais de apoio, recursos e tecnologias assistivas etc.); e formativa (formação inicial e continuada de docentes e profissionais de apoio à Educação Especial).

[1] Mestre em Estudos Étnicos e Africanos, docente de Educação Especial no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Campus Jacobina. E-mail: lucival.santos@ifba.edu.br

O recorte aqui apresentado consiste em um relato de experiência sobre a atuação docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE), na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), e na articulação com outros setores e profissionais do campus. O relato tem como objetivo discutir a importância do trabalho colaborativo entre o docente do AEE, os docentes do ensino regular, o setor pedagógico, as coordenações de curso e a Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE), para a efetivação da política institucional de acessibilidade pedagógica. Além disso, busca identificar os principais desafios enfrentados na prática do atendimento educacional especializado e socializar estratégias pedagógicas utilizadas para promover a acessibilidade curricular e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

MÉTODO, DISCUSSÃO E RESULTADOS

A pesquisa em andamento adota abordagem mista (quali-quanti), articulando procedimentos qualitativos e quantitativos, com vistas à análise de aspectos subjetivos e de dados numéricos relacionados ao objeto investigado. Quanto aos objetivos, caracteriza-se como pesquisa exploratória, por buscar ampliar a familiaridade do pesquisador com o problema investigado, considerando a escassez de estudos acerca da temática e do lócus da investigação.

Trata-se de um relato de experiência fundamentado na abordagem qualitativa, desenvolvido a partir da atuação do próprio pesquisador como docente do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os procedimentos metodológicos utilizados para coleta e análise dos dados incluem estudo de caso, levantamento bibliográfico, análise documental, observação participante e registros reflexivos da prática docente.

A análise dos dados segue uma perspectiva interpretativa, buscando compreender as dinâmicas institucionais e pedagógicas que atravessam a implementação da política de inclusão por meio do trabalho colaborativo. Entre as ações analisadas, destacam-se: elaboração de estudo de caso, Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes; orientação pedagógica a docentes, coordenadores de curso e profissionais de apoio escolar (braillista, estagiários, mediadores pedagógicos e intérpretes de Libras); adaptação de materiais didáticos; promoção da acessibilidade comunicacional; e acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem.

A partir da análise dos dados, evidenciam-se avanços na implementação da acessibilidade pedagógica prevista no Capítulo III da Resolução CONSUP/IFBA nº 30/2017. Entre os principais resultados observados, destaca-se a ampliação do debate institucional sobre inclusão por meio de ações formativas realizadas na Jornada Pedagógica e em projetos de



ensino, pesquisa e extensão, a exemplo do **IX Setembro Surdo e da VII Semana de Inclusão**, previstos no calendário letivo institucional de 2026. Tais ações têm contribuído para o fortalecimento da cultura inclusiva no campus e para a ampliação das discussões acerca da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Observa-se também a **consolidação de práticas colaborativas** entre docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e docentes das áreas técnicas e propedêuticas, por meio de atividades formativas, reuniões pedagógicas e plantões de orientação destinados à elaboração e ao acompanhamento de estudos de caso, Planos Educacionais Individualizados (PEI), adaptações de atividades e materiais pedagógicos. Destaca-se, ainda, a participação dos docentes do AEE no desenvolvimento de estratégias pedagógicas digitais acessíveis e em trabalhos de conclusão de curso, tanto no ensino médio quanto na Licenciatura em Computação, em parceria com docentes das áreas técnicas.

Outro avanço identificado refere-se ao **desenvolvimento de estratégias pedagógicas acessíveis**, envolvendo recursos tecnológicos e metodologias diferenciadas produzidas no âmbito de projetos de ensino e trabalhos de conclusão de curso. Entre as iniciativas desenvolvidas, destacam-se a *plataforma Glossário de Termos Técnicos da área de Mineração em Libras e a plataforma LogiLibras*, voltada ao ensino e à aprendizagem de Lógica de Programação para estudantes surdos. Essas ações demonstram o potencial da articulação entre ensino, pesquisa e inovação tecnológica para a promoção da acessibilidade pedagógica na EPT.

No que se refere à **permanência e ao engajamento estudantil**, os dados evidenciam contribuições significativas do currículo especializado sistematizado no Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE). Foram observadas mudanças relevantes no comportamento e na interação social dos estudantes que frequentam regularmente a Sala de Recursos Multifuncionais, especialmente em aspectos relacionados ao engajamento, à motivação, à autonomia acadêmica, às atividades de vida diária e do desempenho acadêmico no currículo do ensino regular.

Outro aspecto relevante refere-se ao **fortalecimento do diálogo institucional** entre o AEE, a coordenação da CAPNE, o setor pedagógico e a equipe multidisciplinar, com vistas à orientação dos estudantes e de seus familiares acerca do acesso aos serviços de saúde e assistência social ofertados pelo campus, pela rede SUS e por instituições parceiras. Nesse contexto, destacam-se os serviços de atendimento médico e as políticas de assistência estudantil



do IFBA, bem como o acompanhamento psicológico realizado por meio de cooperação técnica com o curso de Psicologia da Faculdade AGES – Unidade Jacobina.

Apesar dos avanços, persistem desafios significativos, dentre eles, destaca-se a **barreira atitudinal**, observada na resistência de parte do corpo docente em desenvolver práticas colaborativas, o que compromete a implementação de estratégias de acessibilidade pedagógica voltadas aos estudantes que demandam adaptações curriculares e recursos pedagógicos acessíveis (PEI).

Soma-se a isso a **ausência de um programa ou política institucional** permanente de formação inicial e continuada voltado à inclusão. As ações formativas existentes ainda ocorrem de forma pontual e insuficiente para promover mudanças mais amplas na cultura institucional. Entende-se que são necessários cursos de formação de aperfeiçoamento e de especialização com encontros regulares, ampliando as discussões propostas nas atividades de extensão.

Foram identificadas **dificuldades na articulação intersetorial**, decorrentes do desconhecimento acerca do papel do docente do AEE enquanto profissional especializado responsável por "qualificar as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes, público da educação especial" (BRASIL, 2025). Também se verificam **limitações de recursos humanos e orçamentários** para aquisição e produção de materiais adaptados, recursos acessíveis e tecnologias assistivas, fundamentais para o desenvolvimento do currículo especializado e para o suporte pedagógico aos docentes do ensino regular.

CONCLUSÕES

Considerando a análise dos dados sob uma perspectiva interpretativa, buscou-se compreender as dinâmicas institucionais e pedagógicas que atravessam a implementação da política de inclusão, especialmente no âmbito da atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Os resultados indicam que, embora sejam observados avanços no desenvolvimento do trabalho colaborativo, ainda persistem desafios que demandam superação.

Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de fortalecimento das políticas institucionais, por meio da articulação intersetorial, do investimento em formação docente, da ampliação de recursos humanos e materiais, bem como da disponibilização de tecnologias assistivas, com vistas a "garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, bem como ampliar as condições de acessibilidade" (BRASIL, 2025).



Espera-se que este relato contribua para o debate acerca da atuação da/o pedagoga/o na educação inclusiva, especialmente no contexto da EPT, ao evidenciar possibilidades e estratégias para a efetivação de uma educação pública, gratuita, inclusiva e socialmente referenciada.

Palavras-Chave: Atendimento Educacional Especializado; Educação Profissional e Tecnológica; Trabalho Colaborativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

ENZWEILER, Deise Andreia; SCHERER, Renata Porcher. Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais da região Sul do Brasil: análise de documentos institucionais (2014–2024). **Revista Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 30, 2026. Disponível em: Revista Educação Unisinos. Acesso em: 5 maio 2026.

SANTOS, José Carlos Amaral Silva dos. **Inclusão dos estudantes com deficiência visual na Educação Profissional e Tecnológica no IFPE – Campus Recife**. 2022. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Olinda, 2022.

TREVISAN, Suzana; ZILIOTTO, Denise Macedo. Políticas de inclusão de estudantes com deficiência nos institutos federais do Rio Grande do Sul. **Revista Educação e Pesquisa**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 49, e254398, p. 2–18, 2023.

